

7º Encontro Nacional da APP: Saber Ouvir / Saber Falar

A contribuição do estudo dos sons para a aprendizagem da língua

Resumo

O estudo da fonética e da fonologia interessou desde muito cedo os linguistas, tanto nos seus aspectos gerais como na sua concretização numa língua particular. A partir do estruturalismo, a linguística moderna estendeu as suas análises por outros domínios como a morfologia e a sintaxe, tendo as análises sintáticas captado as atenções dos estudiosos nomeadamente com a emergência da linguística generativa. Nas últimas décadas, o estudo dos sons conheceu um desenvolvimento específico com a atenção dada à prosódia na relação que possui com outros domínios da língua, e com a interrelação do nível dos segmentos com o nível suprasegmental.

Nesta conferência procurarei apontar os aspectos mais relevantes da fonética e da fonologia do português quer para a **aprendizagem da ortografia** (que, no caso do português, é de natureza fonológica), quer para a **produção e compreensão da língua oral** (o conhecimento, mesmo inconsciente, do sistema fonológico permite uma antecipação do significado na relação de comunicação), quer para a utilização da prosódia adequada à **leitura em voz alta** ou apropriada às diversas circunstâncias do **discurso oral**. As aplicações destas perspectivas terão em conta a aprendizagem da língua portuguesa como materna e como não materna.

1. Introdução

Um Congresso Nacional de Professores de Português que tem como tema central o oral – *Saber Ouvir, Saber Falar* – não podia deixar de dar um lugar de relevo ao estudo dos sons. Coube-me a agradável tarefa de vos falar dos sons da fala e dos sons da língua, ou seja, da **fonética** e da **fonologia**. É com muito prazer que tentarei apresentar alguns argumentos em favor da contribuição destas áreas da linguística para a aprendizagem do português.

Quero iniciar esta conferência com a referência a um aspecto da história da linguística que mostra como o estudo dos sons ocupou, de modo quase exclusivo, os primeiros trabalhos considerados científicos nesta área do saber. É habitual considerar que foi na primeira década do século XIX que a linguística adquiriu carácter científico. A preocupação de estabelecer a origem das línguas e a relação genealógica entre elas fez com que a comunicação de William Jones, apresentada em 1786, sobre o parentesco entre o sânscrito e as línguas grega e latina, e a proposta de existência de uma origem comum para essas três línguas e para outras línguas europeias, fosse recebida com

entusiasmo e desse nascimento ao conceito de línguas indo-europeias. Alguns estudiosos europeus, nomeadamente alemães, iniciaram um estudo comparado de várias línguas que poderiam provir de um mesmo tronco. Florescia então o método comparatista em áreas das ciências naturais mais avançadas. Os linguistas aplicaram esse método ao seu próprio campo de análise e assim nasceu a **linguística comparativa**. A pouco e pouco, a análise comparada das línguas foi abrindo caminho para o estabelecimento da relação genealógica entre elas. Também essa perspectiva se sintonizou com os métodos científicos contemporâneos criando a **linguística histórica**.

E o que se comparava entre as línguas? Basicamente, comparavam-se as vogais e consoantes existentes nos textos das várias línguas consideradas indo-europeias (algumas delas já desaparecidas) e procurava-se propor um sistema fonético do indo-europeu. O *Padre Nosso* foi um dos principais textos que permitiu a comparação entre 55 variedades do indo-europeu como o Céltico, o Germânico, o Itálico, o Albanês, o Grego, o Báltico, o Eslávico, o Arménio, o Iraniano, o Indo-Ariano. As leis fonéticas eram consideradas responsáveis pela mudança das línguas. Lembre-se a lei de Grimm que mostrou, entre outras relações fonéticas, a relação regular entre palavras começadas por <p>¹ em Latim e <f> em Germânico (como em *pater* e *faðr* > *father*) ou entre <t> em Grego e a inicial <th> em Inglês (como em *treis* e *three*), concretizando a passagem de uma comparação entre as línguas para a história das línguas. Assim, a árvore genealógica das línguas indo-europeias foi construída a partir dos vários sistemas fonéticos dessas línguas e dos paradigmas morfológicos determinados pela alternância de vogais e consoantes.

Mas até agora, no que disse, apenas estiveram em causa as letras, não os sons a que elas correspondiam, visto tratar-se, na sua quase totalidade, de línguas mortas, desaparecidas ou estudadas através da escrita. A par dos trabalhos desses linguistas a que fiz referência, a criação dos instrumentos que visavam o estudo do som tornaram possível realizar análises fonéticas do ponto de vista articulatorio (e em alguns aspectos, acústico) e permitiram que se estudassem e comparassem os sons utilizados num vasto leque de línguas. Nas primeiras décadas do século XX, os linguistas russos que criaram o Círculo Linguístico de

¹ Neste texto as letras são representadas entre ângulos (< >), os fonemas entre barras oblíquas (/ /), e os sons entre colchetes ([]).

Praga (Trubetzkoi, Jakobson, Karcevski) e que tinham um extenso conhecimento de línguas eslavas e caucásicas, desenvolveram estudos comparativos dos sistemas fonéticos dessas línguas, distinguindo entre os elementos do sistema, ou **fonemas**, e os sons que se diferenciam por mera variação fonética: os **fonos** ou **variantes**. No primeiro caso, o dos fonemas, trata-se de diferenças entre duas ou mais vogais ou consoantes que, ao alternarem, provocam uma alteração de significado, como sucede em português com /t/ de *tom* e /d/ de *dom*; no segundo caso, o dos fonos, trata-se de uma variação fonética na realização de vogais ou consoantes que, ao alternarem numa palavra, não levam à alteração do seu significado, como sucede em português com a pronúncia de um /t/ quer seja aspirado, [tʰ], ou não aspirado, [t]. Esta diferença, apresentada nas obras dos linguistas do Círculo de Praga, transportou para a área dos sons a dicotomia fundamental estabelecida por Saussure entre **língua** e **fala** e criou a distinção que ainda hoje perdura entre **fonologia** e **fonética**. Em suma, a **fonética** descreve os aspectos articulatórios e as propriedades físicas de todos os sons que ocorrem na produção linguística e a **fonologia** estuda os sons que têm uma função na língua e que permitem aos falantes distinguir significados.

O estudo da língua falada foi precedido, na Europa ocidental, pela descoberta da importância que têm os dialectos para o conhecimento da variação linguística sincrónica e diacrónica. A **dialectologia**, também designada nos primeiros tempos como "geografia Linguística", começou a desenvolver-se nos últimos anos do século XIX. Através dos estudos dialectais e, sobretudo, pela atenção especial que mereceram as variações fonéticas, muito se pôde conhecer do contacto entre comunidades linguísticas, sendo possível esclarecer, em alguns casos, aspectos obscuros da respectiva história. Um exemplo do português é o conhecido *s beirão*, o [ʃ] ápico-alveolar de certas regiões beirãs e transmontanas, herdeiro directo da sibilante latina que tinha essa pronúncia, diferente da consoante dental [s] que é a única usada hoje no centro e sul de Portugal. Essa consoante dialectal mantém-se, portanto, como um vestígio da colonização latina e uma marca do carácter conservador da região.

Até este momento aponte apenas, de modo muito sumário o interesse com que a linguística tem olhado para o estudo dos sons e a forma como a sua análise pode iluminar certos aspectos da história e do funcionamento interno das línguas. Chegou a ocasião de cumprir o prometido no título da conferência: em que medida o estudo desta área fundamental da língua pode contribuir para o ensino do português (o mesmo é dizer, de qualquer língua falada e ensinada).

2. A aprendizagem da cidadania tolerante

Antes de tudo convém chamar a atenção para o facto de que o estudo da fonética e da fonologia de uma língua é a descoberta do funcionamento da sua **face exposta**, daquele nível a que primeiro temos acesso quando ouvimos alguém falar. Muitas observações feitas por pessoas desconhecedoras da linguística incidem no domínio dos sons e constituem juízos de valor. Para a maioria dos falantes/ouvintes, as línguas, mesmo desconhecidas, são mais ou menos "agradáveis", algumas são mais "cantadas", outras mais "ásperas".

Por outro lado, também convém lembrar que, sempre que se trata de uma comparação entre dialectos, sociolectos ou variedades nacionais de uma única língua, os ouvintes diferenciam os falantes por possuírem este ou aquele "sotaque" e exercem muitas vezes julgamentos de valor: certas pronúncias são desprestigiadas, outras risíveis, há quem considere que aqui se fala "bem" ou "correctamente" e que ali a língua é "deformada" ou "incorrecta".

Nenhuma destas opiniões tem fundamento linguístico (veja-se o que foi dito sobre a pronúncia latina do chamado *s beirão*). Essas opiniões têm como origem o confronto com os sons a que os nossos ouvidos estão habituados ou baseiam-se em julgamentos de carácter social. Aliás, não há línguas melhores do que outras, ou mais aptas a transmitir certas noções ou conceitos. Já há muitos anos que pesquisas realizadas em sociolinguística mostraram que tanto as variedades dialectais quanto as variedades sociais ou nacionais possuem idênticas capacidades, em termos linguísticos, para expressar totalmente o que pretendem comunicar os falantes da respectiva variedade. A norma que se adopta em relação a uma determinada língua tem apenas, a seu favor, o prestígio social que lhe advém da utilização na escola, nos meios de

comunicação social, no ensino como língua estrangeira. É deste ponto de vista que deve ser valorizada a sua aprendizagem, e não de outros pontos de vista exclusivamente linguísticos. Este é um trabalho que compete ao professor educador.

Não podemos, por outro lado, esquecer que actualmente os alunos, em Portugal, não manifestam apenas variações linguísticas dialectais ou sociais. Se na escola portuguesa se falam hoje cerca de 100 línguas diferentes, e se os meninos que não têm o português como língua materna recebem influência das respectivas línguas maternas na pronúncia da língua portuguesa essa variação não pode ser ridicularizada ou desprestigiada. Quando um aluno cabo-verdiano não distingue fonologicamente entre o /r/ de *pára* e o /ʀ/ de *parra*, seria bom que o professor chamasse a atenção para a existência de diferentes sistemas fonológicos, e mostrasse que os alunos portugueses podem ter, igualmente, dificuldades em pronunciar alguns dos sons que funcionam em outras línguas, como por exemplo, o /y/ palatalizado, do Francês ou o /ɻ/ retroflexo do Inglês. Não nos competirá neste domínio passar a mensagem de uma cidadania tolerante?

3. A Fonética e a Ortografia

3.1. *Sistemas de escrita. Variação fonética e unificação ortográfica*

Vejamos agora a contribuição da fonética e da fonologia para a aprendizagem de um aspecto da língua escrita, a **ortografia**, que adquiriu um valor social importante e por isso tem um lugar específico na aprendizagem de uma língua.

Como sabemos, nem todos os sistemas de escrita são **alfabéticos** – ou seja, nem todos se baseiam nos **sons mínimos** da fala utilizando, para os representar, símbolos que constituem o alfabeto, isto é, as letras². Existem outros sistemas de escrita como os ideográficos ou logográficos (de que é exemplo o chinês) que tomam por base o **morfema** ou a **palavra** e, em consequência, necessitam de possuir um número muito elevado de caracteres visto que, no limite, cada palavra exige um carácter diferente – embora seja possível, como se compreende, combinar vários caracteres. Os sistemas

² Além do alfabeto latino usado pelas línguas românicas ou germânicas, existem outros alfabetos como o cirílico, o grego, o árabe ou o hebraico.

alfabéticos são, contudo, mais económicos e maleáveis já que o número de símbolos necessário para representar as palavras torna-se muito mais reduzido do que nas escritas baseadas na palavra. Por esta razão – e por outras de carácter sócio-cultural – os sistemas alfabéticos são actualmente utilizados por um grande número de línguas. No entanto, estes sistemas obrigam a um esforço de abstracção para distinguir **os sons mínimos que constituem uma palavra** e que são representados na escrita pelas letras, visto que esses sons ocorrem no contínuo sonoro da fala sem divisão entre eles. Na verdade, quem foi alfabetizado no início da escolaridade nunca tomou consciência dessa dificuldade quando aprendeu a escrever.

Além deste aspecto, a aprendizagem da escrita ainda inclui uma outra dificuldade que decorre do facto de cada palavra apresentar, na fala, uma **variação de formas**, ao passo que na escrita apenas pode ter uma forma gráfica, aquela que se ensina na escola e que é socialmente aceite: a sua ortografia.

O conceito de ortografia não é natural mas convencional, tendo dado lugar, desde há muito, a vivas discussões que põem em confronto perspectivas conservadoras e inovadoras. Pertence a estas últimas a chamada 'ortografia fonética' – uma ortografia que pretende aproximar-se tanto quanto possível da oralidade. Os defensores da ortografia fonética – que teve relevo, em Portugal, na segunda metade do século XIX – produziram textos com títulos como *Escritura repentina. Nova tentativa de revolução orthographica* (J.A. de Sousa, 1853); *Escrepta sem letras ou novo systema d'escrepta syllabica* (Francisco Xavier Calheiros, 1866) e advogavam uma normalização absoluta da escrita com base no sistema 'um som – uma grafia'. Porém, esta tentativa não vingou, e o conceito de ortografia manteve-se conservador e unificador em relação à variação fonética.

A forma ortográfica única representa as diversas pronúncias da palavra: dialectais, sociais ou de registo formal ou informal. Vejam-se as diferentes pronúncias da palavra *escrever* exemplificadas e analisadas por Luís Filipe Barbeiro (nesta transcrição fonética usa-se o AFI):

<u>ortografia</u>		<u>fala</u>	
<escrever>		a.	com a realização de todos os sons que também se encontram representados na ortografia

[iʃɛr'vɛr]	
b. [ʃɛr'vɛr]	com a não realização do som [i] inicial, que corresponderia à letra <e>, presente na forma escrita
c. [ʃɛr'vɛr]	com a não realização dos sons [i] inicial e medial, que continuam presentes na forma escrita
d. [ʃɛr'vɛri]	com inserção do som [i], no final da palavra após a consoante [r]

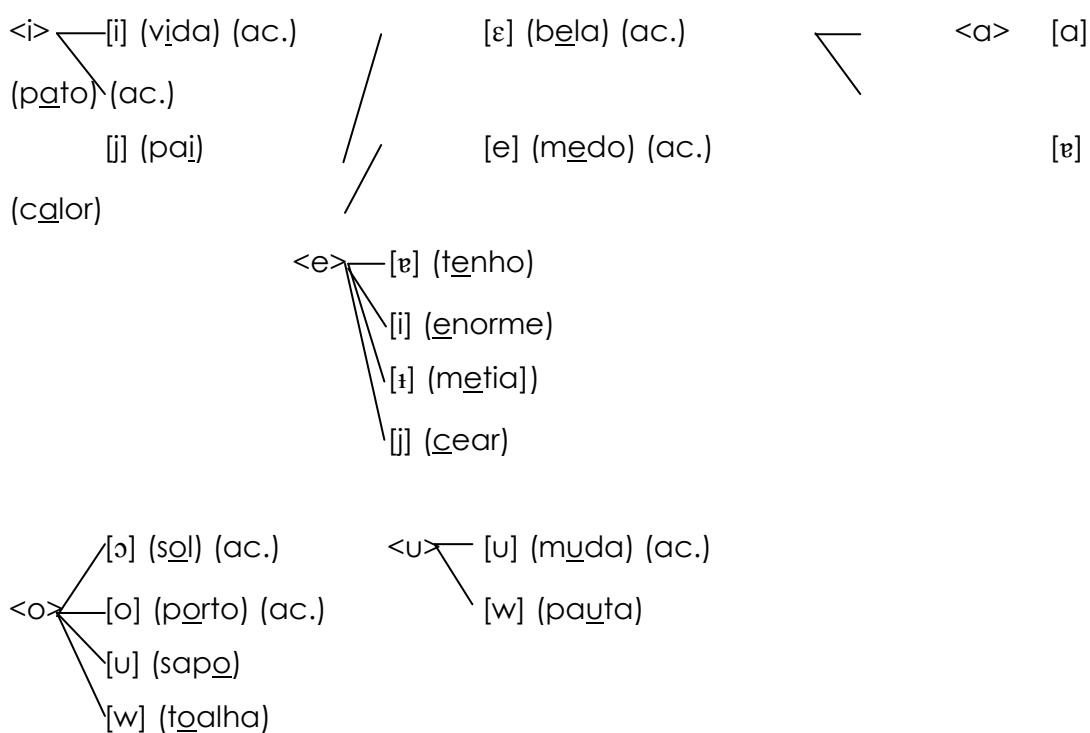
Segundo Luís Barbeiro, as formas a., b. e c. poderão ser ditas pela mesma pessoa, em situações diferentes: a forma a. em situações formais e as formas b. e c. em situações mais informais (...). A forma c. é provavelmente a mais frequente; no entanto, não é essa a forma que se encontra consagrada na ortografia. A forma d. pode ser considerada característica de determinadas camadas sociais mais populares ou de determinados registos dialectais. Contudo, mesmo correspondendo à forma fonética própria de uma determinada variedade linguística, social ou geográfica, ela não tem uma representação ortográfica própria. Na verdade, apenas com intuítos indicativos do modo de pronunciar de determinada região ou camada social, aceitamos que alguém escreva esta palavra acrescentando um <e> ou um <i> no final para dar conta da inserção da vogal. Estas observações mostram que, para além de exigir o referido **esforço de abstracção** na identificação dos sons mínimos de uma palavra, a escrita também obriga a uma **forma única** perante a real variação fonética.

Finalmente, e como nota ainda Luís Barbeiro, a ortografia de cada língua apresenta especificidades quanto à **utilização correcta das letras**, utilização que depende de muitos factores como a sua posição na palavra (em Português actual, por exemplo, a letra <ç> nunca inicia uma palavra), as relações morfológicas entre palavras (a forma verbal *traz*, do verbo *trazer*, termina em <z>, mas o advérbio *trás*, homónimo dessa forma verbal, termina em <s>) ou aspectos lexicais ligados ao percurso histórico das palavras (*passo* com dois <ss> e *paço* com <ç> têm a mesma forma fonética mas têm diferentes significados e escrevem-se de modo diverso conforme as formas latinas que estiveram na sua origem). Assim, um dos aspectos a ter em conta é o facto de a mesma letra poder representar sons diferentes e o mesmo som poder ser representado por letras diferentes.

3.2. Relação entre letra e som. Uma só letra representa sons diferentes.

Por todas as razões indicadas, a aprendizagem da ortografia é complexa mas o seu grau de complexidade varia de língua para língua. Há línguas mais "transparentes", enquanto outras são consideradas mais "opacas", ou seja, apresentam uma maior dificuldade na determinação das relações entre os sons da palavra e a sua grafia³. Vejamos o que se passa com a língua portuguesa tendo em atenção alguns aspectos que são específicos do Português Europeu.

No que respeita às vogais: a mesma vogal pode representar diferentes sons. Vejam-se exemplos abaixo.



As vogais indicadas como acentuadas (ac.) são tónicas. Pelo quadro se verifica que as letras <i>e</i> e <i>o</i> são as que cobrem maior número de realizações. No que respeita às vogais acentuadas, a distinção entre abertas e médias ([ɛ] / [e] e [ɔ] / [o]) não está representada por letras diferentes. Ora a

³ Ainda recorrendo a uma citação de Luís Barbeiro, apresento a escala de classificação para sistemas ortográficos de línguas europeias construída por Seymour (1997), sendo 1 mais transparente e 7 menos transparente: 1 - finlandês, italiano, espanhol; 2 - grego, alemão; 3 - português, holandês; 4 - islandês, norueguês; 5 - sueco; 6 - francês, dinamarquês; 7 - inglês, (cf. Vale, 1999:24).

utilização de um único símbolo nestas circunstâncias justifica-se por se tratar de uma oposição muito pouco rentável (é reduzido o número de exemplos como *sede* [sédi] / [sédi] ou *bola* [bólæ] / [bólæ])⁴.

3.3. Vogais fonológicas

Reparemos agora que há uma alteração constante entre a forma fonética que têm as vogais acentuadas e as não acentuadas (excepto [u] e [i] que se mantêm iguais)

[a] / [æ]; [ɛ], [e] / [ɪ]; [ɔ], [o] / [u]

Perante esta regularidade, podemos admitir que as acentuadas são **fonológicas** (porque a alternância entre elas sempre altera o significado) e as não acentuadas resultam da realização fonética regular dessas vogais quando não são acentuadas. Assim, temos como vogais fonológicas /a/, /ɛ/, /e/, /ɔ/, /o/, /i/, /u/. Estas sete vogais são representadas por cinco letras: <a>, <e>, <o>, <i>, <u>. A diferença entre o número de vogais fonológicas e o número de letras que as representam decorre das distinções fonológicas entre abertas e médias (/ɛ,e/, /ɔ,o/) que, como vimos atrás, constituem oposições pouco rentáveis.

A realização das vogais fonológicas /e/ e /ɛ/, quando átonas, como [ɪ] dá-se sempre que essas vogais se encontram **entre consoantes** ou no **final absoluto de palavra**, contexto em que podem mesmo ser suprimidas (exs.: *pegar* [pɛgár] / [pgár], *telefone* [tɪlifónɪ] / [tlfón], *bate* [bátɪ] / [bát], etc.). As mesmas vogais átonas, quando estão seguidas de outra vogal (como em *cear*, *passeata*, *soar*, *toalha*), podem realizar-se como **semivogais** na fala coloquial

⁴ Acrescente-se que a diferença entre abertas e médias resulta também do processo de *harmonia vocálica* das vogais do radical em verbos como *selar* que, na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, *selo* [sélu], se opõe ao nome *selo* [sélu].

(*cear* [siár] → [sjár], *passeata* [pɛsiátɐ] → [pɛsjátɐ], *soar* [suár] → [swár], *toalha* [tuálɐ] → [twálɐ]).

3.4. *Algumas conclusões*

Vale a pena fazer agora o ponto da situação em relação ao que foi dito sobre o comportamento das vogais no Português Europeu e a contribuição da fonética e da fonologia para o ensino da ortografia.

- (a) Em primeiro lugar, a **distinção entre fonética e fonologia**, concretizada na distinção entre vogais cuja substituição altera o significado e a mera variação fonética, permite dar consciência das unidades fonológicas, que são aquelas de que os falantes têm imagens mentais e reconhecem como sendo elementos do sistema fonológico da sua língua. Indo um pouco mais longe, podemos mesmo admitir que esse sistema existe na mente dos falantes e está na base da produção linguística. Afinal, cada uma dessas vogais fonológicas é representada por uma só letra quer a sua realização seja como acentuada, como átona ou mesmo quando tem diferentes pronúncias dialectais. Se os alunos fizerem jogos de identificação de pares mínimos em que a substituição de um elemento por outro altera o significado da palavra é fácil reconhecer os fonemas da língua e relacioná-los com a sua grafia. Outros jogos de pronúncia distinguindo dialectos podem levar às mesmas constatações.
- (b) Se aceitarmos que as letras com que representamos as vogais correspondem às **vogais fonológicas**, podemos também reconhecer que as mesmas letras representam as vogais quer sejam acentuadas ou átonas, podendo corresponder, portanto, a pronúncias diferentes. O reconhecimento das mesmas letras com que são grafadas as vogais acentuadas e átonas leva a que se atente numa especificidade do Português Europeu : a extrema **redução das vogais átonas**. Esta redução é tão grande que, por vezes, as vogais são suprimidas. Os alunos podem verificar essa supressão fazendo exercícios de produção e

percepção de realizações fonéticas com diferentes velocidades de pronúncia. A elocução rápida comparada com a silabação mostra que a vogal, embora por vezes suprimida, pertence à palavra e por isso tem que figurar na escrita com a letra que lhe corresponde. Se os alunos tomarem consciência deste aspecto da escrita – ou seja, que as vogais reduzidas devem estar presentes na escrita da palavra porque lhe pertencem – podem compreender por que se diz que **a ortografia do português é basicamente fonológica**.

- (c) Este reconhecimento das vogais fonológicas e da sua relação com as letras que as representam permite, ao mesmo tempo, dar algumas orientações sobre a o ponto em que incide o **acento tónico** e o facto de ser necessário um acento gráfico quando pretendemos distinguir uma vogal aberta de uma média (caso de muitas esdrúxulas como *próximo*, *tétrico*, *péssimo*, *cómodo*, *estômago*, *pêssego*, etc.) ainda que ambas sejam escritas com a mesma letra.

3.5. Excepções à redução das átonas

Uma outra característica do Português Europeu é o facto de, a par de vogais átonas fortemente reduzidas, existirem contextos que não permitem tal redução. Vejam-se exemplos em palavras como *relvado* (pronunciado [ʀelvádu] e não *[ʀɨtvádu]), *felpudo* (pronunciado [fɛtpúdu] e não *[fɨtpudu]), *moldado* (pronunciado [moɫdádu] e não *[muɫdádu]), em que a vogal átona pertence a uma sílaba terminada em [ɫ] (/l/ velarizado), consoante que impede a elevação e redução da vogal não acentuada. O mesmo se passa em palavras como *pautado* ([pawtádu] e não *[pɛ'wtádu]), *endeusar* ([ẽ dewzár] e não *[ẽdɨwzár]) ou *foicinha* ([fojsɨɲɛ] e não *[fujsɨɲɛ]) em que a vogal átona não se torna [ɨ] ou [u] porque está seguida de uma semivogal que com ela forma ditongo. Estas excepções mostram também que as letras que representam as vogais átonas são as que representam as vogais fonológicas, mesmo quando essas vogais não são reduzidas por regra geral. Se a estratégia usada para a aprendizagem da ortografia incluir um **léxico ortográfico** (uma

memorização da forma ortográfica das palavras) esse léxico pode servir para o conhecimento das excepções à regra geral de redução das vogais átonas.

O mesmo léxico ortográfico pode ser utilizado quando se pretende ensinar a utilização de grafias específicas como

- (a) os *dígrafos* que são conjuntos de duas letras com que se representa um único som (como <lh> que representa o som [ʎ], <nh> que representa [ɲ] ou os dois <rr> ou dois <ss> que representam, respectivamente, [ʀ] e [s]); é também conveniente chamar a atenção para o facto de em Português não haver palavras iniciadas por [ʎ] ou [ɲ]⁵ o que faz com que esses dígrafos só possam ser usados no interior da palavra; também a representação de [ʀ] e [s] com duas letras iguais só é exigida no interior da palavra e se não for precedida de <l> ou consoante nasal (*palrar, honrado, sensação* etc.);
- (b) as letras que não representam nenhum som como o <h> em palavras como *homem* ou *humano*, e as chamadas 'consoantes etimológicas' como o <c> de *acto* ou o <p> de *ótimo*.

Em todos estes casos o léxico ortográfico pode ser útil pois a ortografia das palavras exige a sua memorização.

3.6. Um som pode ser representado por diferentes grafias

A não correspondência biunívoca entre letra e som permite que o mesmo som seja representado de diferentes maneiras. Um dos problemas que surge com frequência na aprendizagem da ortografia é o da representação das **vogais nasais**. Em Português, a nasalidade das vogais representa-se com um til ou com uma consoante nasal a seguir à vogal. Veja-se o quadro abaixo:

[i]	<in, im>	(tinta, sim)
[ẽ]	<en, em>	(pente, membro)
[ẽ]	<ã>	(romã)
	<an, am>	(banco, ambos)
[ẽ̃]	<ãe>	(mãe)

⁵ Excepto alguns empréstimos de língua índias existentes no Português do Brasil.

	<em, en>	(tem, tens)
[ẽw̃]	<ão>	(pão)
	<am>	(formas verbais como amam, batam)
[õ]	<on, om>	(ponte, pombo)
[õ̃]	<õe>	(corações)
[ũ]	<un, um>	(unto, atum)

Existem algumas regras ortográficas que permitem escolher entre as consoantes <m> e <n> para marcar a nasalidade: antes de <p> e (consoantes labiais) usa-se o <m> (consoante labial); antes das restantes consoantes usa-se <n>. A relação fonética entre a consoante e a vogal nasal está aqui reduzida a um único traço. Por outro lado, em fim de palavra utiliza-se sempre <m>⁶. Mas, pergunta-se: quando se representa a nasalidade com um til? Pode dizer-se que sempre que existe um ditongo se utiliza o til – excepto se nas terminações de formas verbais da terceira pessoas como *falam* ou *batem*. Fica por justificar a grafia de *irmã*, *romã* e outras palavras terminadas em <ã> que podem fazer parte do léxico ortográfico. Note-se, ainda, que os alunos para quem o Português não é língua materna têm por vezes grande dificuldade em reconhecer a nasalidade das vogais (e ainda mais, dos ditongos nasais) sobretudo quando os sistemas fonológicos das respectivas línguas não contêm este tipo de vogais. Essa dificuldade provoca frequentes erros de ortografia. Nestes casos é necessário realizar exercícios de produção e percepção e relacioná-los com a ortografia das nasais.

3.7. Conclusões gerais

Em conclusão do que até agora foi apresentado, a título exemplificativo, sobre a contribuição da fonética e da fonologia para a aprendizagem da ortografia, esta aprendizagem beneficia (a) da consciência do sistema fonológico da língua, (b) do conhecimento das relações entre vogais tónicas e átonas, (c) da posição das letras na palavra, (d) da verificação da presença dos sons quando as palavras são pronunciadas com diferentes velocidades de elocução e (e) da constituição de um léxico ortográfico que permita memorizar a ortografia de palavras que são excepções a regras gerais.

⁶ As excepções como *glúten* ou *hímen* são palavras cultas que não interessa aqui considerar.

4. Fonologia e Prosódia

4.1. O que é a prosódia

Que contribuição pode dar a **prosódia** – uma parte quase misteriosa do estudo dos sons – para o domínio do uso da oralidade em Português?

David Crystal introduz a análise dos traços prosódicos com as seguintes palavras:

“'Não é o que tu dizes mas a maneira como o dizes'. Este comentário familiar, imortalizado numa canção, indica de forma sintética tudo aquilo sobre que incide a análise prosódica. Os 'segmentos' da língua falada são vogais e consoantes que se combinam para produzir sílabas, palavras e frases (...). Mas ao mesmo tempo em que articulamos os segmentos, a nossa pronúncia varia noutros aspectos. Os elementos que provocam essa variação são os traços suprasegmentais ou prosódicos”.

O conceito de **prosódia** esteve, até meados do século passado, ligado às características da poesia, ao ritmo do verso e ao tipo de rima. Tendo presente que a análise prosódica incide sobre aspectos do som que estabelecem **relações entre si na cadeia sonora** (por exemplo, o acento, um traço prosódico, relaciona sílabas acentuadas e não acentuadas) ou entre essa **cadeia sonora e outros domínios da língua** (a entoação esclarece e completa muitas vezes o significado das frases), o estudo da prosódia tem hoje um lugar fundamental no conhecimento de qualquer língua sobretudo, como se compreende, no nível da oralidade.

Os traços prosódicos utilizam propriedades acústicas intrínsecas dos sons: a **intensidade** (ou força expiratória usada na fala), o **tom** (ou altura da voz) e a **duração** (ou tempo de articulação de um som, de uma sílaba ou de um enunciado)⁷. Estas propriedades são diferentes do que denominamos traços distintivos, como a nasalidade ou a sonoridade, porque elas são inerentes a todos os sons, enquanto os traços distintivos podem estar, ou não, presentes num determinado som. Essas propriedades, que ocorrem simultaneamente

⁷ Sobre a definição destas propriedades acústicas suprasegmentais, ver capítulo 3.4. de Mateus, Falé e Freitas (2005).

com os referidos traços distintivos, não alteram a qualidade fonética do segmento mas, ao estabelecerem entre si uma relação na sequência sonora, transmitem informação que também pertence ao significado da frase. Veremos em seguida quais são os traços prosódicos e quais as suas funções, concretizando na aprendizagem do Português.

4.2. O acento tónico

No nível lexical, um aumento de intensidade e de duração cria o **acento tónico**, tornando uma das sílabas da palavra proeminente em relação às outras. Tradicionalmente, a localização do acento tónico em Português leva à classificação das palavras em *agudas* (quando o acento incide na última sílaba), *graves* (quando incide na penúltima) e *esdrúxulas* (quando incide na antepenúltima). Alguns estudos recentes que relacionam o acento com a estrutura das palavras em Português mostram que o acento tónico se localiza na última vogal do radical nos nomes e adjectivos (*menin+o*, *sed+e*, *professor+*, *inglês+* etc.) excepto nas palavras denominadas esdrúxulas em que se situa na penúltima vogal (*peíssim+o*, *estômag+o*, *esdrúxul+a*, etc.), vogal esta que é marcada na escrita com um acento gráfico.

Se o aluno for sensível à proeminência prosódica da sílaba acentuada poderá descobrir a diferença, na estrutura da palavra, entre o radical e os sufixos, e poderá ser orientado para criar palavras derivadas com sufixos, que mantêm, ou não mantêm, o lugar do acento. Derivados com sufixos – *eiro(a)*, –*oso(a)*, –*zinho*, ou –*mente* mostram uma deslocação do lugar do acento porque se formam novos radicais. Estes exercícios são manipulações do léxico que, usadas de forma lúdica, podem despertar o interesse pela construção das palavras que os alunos, como falantes, utilizam.

A acentuação das formas verbais em Português difere em muitos casos da das nominais. Na maioria das formas, o acento cai sobre a vogal temática (*fala+va*, *parti+sse* etc.) mas existem outros casos de acentuação da vogal do radical (*fal+o*) ou da vogal do sufixo (*bat+a+mos*). Quem sabe, não são os próprios alunos a descobrir algum tipo de agrupamento das formas verbais no que respeita ao acento?

Além do acento principal, a palavra pode conter outros pontos de proeminência, os **acentos secundários**, que não atingem a intensidade do acento principal. Os acentos secundários reforçam o poder informativo do acento principal e organizam a cadeia fonética como um domínio rítmico. Esses acentos secundários ocorrem em intervalos regulares, sempre em sílabas pré-tônicas, e podem marcar a sílaba inicial da palavra ou marcar sílabas alternantes a partir da tônica para a esquerda, até ao limite da palavra (o acento secundário está marcado com um traço abaixado a preceder a sílaba em que incide).

Em ,leitaría, em ,computadór, em ,poderóso ou ,papelaría existe um acento secundário na primeira sílaba e um principal na última do radical.

Os acentos principal e secundário têm uma grande importância na determinação do **ritmo da fala** quando se analisa a alternância de sílabas acentuadas e não-acentuadas, e a consequente duração dos segmentos que constituem as sílabas. Essa alternância leva a atribuir às línguas dois tipos de ritmo: o **ritmo acentual** que decorre de uma tendência para as sílabas acentuadas ocorrerem em intervalos de tempo aproximadamente iguais, sendo variável o número de sílabas não-acentuadas que existe entre duas tônicas, e o **ritmo silábico** que tem por base a unidade 'sílaba', que se repete de forma isócrona, ou seja, com os mesmos intervalos de tempo. O Português Europeu e o Português Brasileiro têm sido diferenciados, por vezes, em função do tipo de ritmo que se considera caracterizar estas duas variedades: o PE manifesta um ritmo acentual em consequência, sobretudo, da redução (ou supressão) das vogais átonas, e o PB tem um ritmo silábico porque as vogais não acentuadas são audíveis e mantêm o número de sílabas da palavra. Levar os alunos a detectarem esta diferença de ritmo constitui um exercício de tomada de consciência de uma das mais evidentes razões para a estranheza que sentem os falantes das duas variedades do Português.

4.3. O tom e a entoação

A altura da voz, ou seja, o **tom**, depende da vibração das cordas vocais: quanto mais tensas estiverem ou quanto menor for a sua massa, mais alto pode ser um tom. Assim, as crianças falam com um tom mais elevado do que

os adultos, as mulheres têm uma voz mais aguda do que os homens. O tom alto está muitas vezes associado a um aumento de intensidade como, por exemplo, quando chamamos alguém que está longe. Todos nós, de resto, podemos alterar o tom da nossa voz quanto tornamos as cordas vocais mais tensas. Este é um exercício que os alunos podem fazer e que lhes permite tomar consciência do que se passa no seu aparelho fonador quando fazem, por exemplo, “voz de falsete”.

No que respeita à função do tom, lembre-se que existem línguas que se servem da diferença de tons com que é pronunciada uma vogal para opor diferenças de significado num mesmo contexto segmental. Em Mandarim, por exemplo, existem quatro tons com valor contrastivo⁸: alto, ascendente, descendente-ascendente e descendente. A palavra *yi* pode significar *roupas*, *suspeitar*, *cadeira* ou *significado*, conforme o tom que for aplicado sobre a vogal pela ordem acima indicada. Estas línguas chamam-se **línguas tonais**.

Em Português, porém, as diferenças de tom no mesmo contexto segmental não têm valor distintivo. O que pode distinguir significados é a sequência de tons que abrange uma determinada frase. Esta sequência de tons cria a **entoação** de uma frase e por essa razão, línguas como o Português são **línguas entoacionais**.

Na sequência sonora, existem pontos proeminentes que se manifestam por **tons altos** ou **baixos**, por vezes associados a uma maior intensidade. Aos limites direito e esquerdo da sequência associam-se os **tons de fronteira**. Muitas vezes, são esses tons de fronteira que permitem distinguir uma frase declarativa de uma interrogativa. Vejam-se as seguintes curvas simplificadas da frase “Amanhã vens jantar cá a casa” com diferentes entoações (representa--se o tom *alto* com H e o tom *baixo* com L; o tom de fronteira está representado por H ou L seguidos de i):

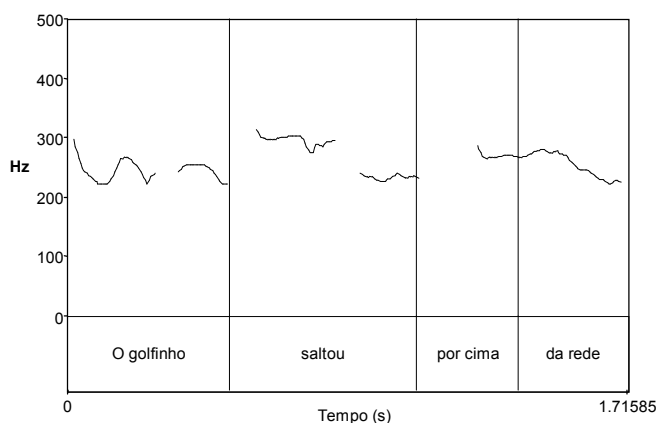


⁸ Sobre esta característica do Mandarim veja-se, *Línguas em Análise: o Mandarim in Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*.

A proeminência de um elemento da frase pode simplesmente constituir um **acento enfático** para chamar a atenção do interlocutor. Os exemplos seguintes apresentados por Isabel Falé (Mateus, Falé e Freitas, 2005, cap. 3.4.) mostram as palavras que se pretende destacar escritas com maiúsculas:

- . O GOLFINHO saltou por cima da rede.
- . O golfinho SALTOU por cima da rede.
- . O golfinho saltou POR CIMA da rede.
- . O golfinho saltou por cima da REDE.

O contorno entoacional e a distribuição de intensidade na segunda frase estão representados no quadro seguinte. Nele observamos que a palavra *saltou* está destacada e recebeu um aumento de intensidade. Contornos idênticos poderão ser estabelecidos para as restantes frases mostrando as palavras que introduzem uma informação adicional na frase embora não haja alteração das palavras.



Vale a pena referir ainda a função das **pausas** na oralidade e a sua contribuição no desfazer de ambiguidades sintáticas, sobretudo na forma de agrupar os constituintes da frase. Exemplos largamente conhecidos são “O rapaz trouxe o livro da biblioteca” (trata-se de um livro que pertence à biblioteca ou de um livro que lá estava e o rapaz de lá o trouxe?) ou “Por favor, queria uma camisa para homem às riscas” ou, ainda, o referido por Isabel Falé “O miúdo viu o irmão do professor que tem bigode” em que a colocação da pausa determina quem tem bigode: o professor (pausa a seguir a irmão) ou o irmão (pausa a seguir a professor). Podem imaginar-se inúmeros

exemplos de organização da frase decorrente da localização de pausas e da sequência de tons.

A propósito de pausas, lembre-se que frequentemente se considera que os sinais de pontuação têm apenas como função representar aspectos prosódicos. Tomemos como exemplo a **vírgula**. Este sinal é muitas vezes entendido como a marca, na escrita, de uma pequena pausa que pode ocorrer na oralidade. Veja-se o seguinte exemplo em que dois *sintagmas entoacionais* (assim denominados por serem marcados pela entoação) são separados por uma pausa:

[O tapete encarnado do meu escritório] [precisa de ser aspirado com cuidado]

Trata-se, como se compreende, de uma oração constituída por um sujeito e um predicado. Devido ao facto de o sujeito ser uma frase longa, ele pode ser seguido de uma pequena pausa que precede o predicado. Essa pausa é perceptível e leva, por vezes, à introdução na escrita de uma vírgula que assim fica colocada entre o sujeito e o predicado.

Ora sendo a vírgula um sinal de pontuação da escrita, a sua função não é a de marcar um aspecto prosódico, mas de organizar a frase mantendo juntos os seus constituintes – sujeito e predicado, predicado e objecto directo, etc. – e separando estes constituintes de outros que têm outro tipo de funções sintácticas. Veja-se o caso de uma oração relativa que, entre duas vírgulas, é uma *explicativa* (“A minha filha, que vive na Suécia, é casada” – significa que tenho apenas uma filha) ao passo que se não se encontrar entre vírgulas é uma oração *restritiva* (“A minha filha que vive na Suécia é casada” – significa que tenho mais do que uma filha). A vírgula organiza a frase de um ponto de vista sintáctico e não prosódico.

Em suma, a entoação, quase sempre interrelacionada com os outros traços prosódicos, tem as seguintes funções na língua: *emocional* (para exprimir excitação, aborrecimento, surpresa), *informacional* (para indicar uma informação nova, por exemplo), *textual* (distinguindo a interrogação da afirmação ou da ordem), *psicológica* (organizando a língua em unidades que são mais facilmente percebidas e memorizadas) e *identificadora* (visto que

pode ser uma marca de identidade que permite reconhecer a classe social a que pertence a pessoa ou, por vezes, a sua profissão)⁹.

Assim, a identificação de características rítmicas, entoacionais e acentuais do Português pode ser utilizada para mostrar aos alunos que, ao servirem-se desses meios quando falam, podem tornar o seu discurso oral persuasivo, interrogativo, agressivo ou agradável conforme o desejarem, podem chamar a atenção para certos aspectos que consideram necessários e podem interessar e convencer os seus ouvintes. É inegável que o estudo da fala em que se considera a interligação de todos os factos prosódicos é um estudo aliciante e torna a aprendizagem da língua mais colorida, ao mesmo tempo que se apresenta como um domínio cheio de interrogações e de mistérios.

BIBLIOGRAFIA

- BARBEIRO, Luís (2006) *Aprendizagem da ortografia: Princípios, dificuldades e problemas*. Porto: Ed. Asa.
- CRYSTAL David (1997) *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Cambridge University Press.
- Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*. Projecto desenvolvido no ILTEC com coordenação de M. H. Mira Mateus, Dulce Pereira e Glória Fischer
<http://www.iltec.pt/divling/index.html>
- FROTA, Sónia e Marina VIGÁRIO (2003) *Constituintes prosódicos*. In Mateus et alii.(2003): Capítulo 26.3.
- JAFFRE, Jean-Pierre (2006) *L'orthographe et la langue*. *Cahiers Pédagogiques*. 440, Dossier: Orthographe, p. 11- 13.
- MATEUS, Maria Helena Mira, Ana Maria BRITO, Inês DUARTE, Isabel FARIA, Sónia FROTA, Fátima OLIVEIRA, Gabriela MATOS, Marina VIGÁRIO e Alina VILLALVA (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª edição revista e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho. (Capítulos 25 e 26).
- MATEUS, Maria Helena Mira, Isabel FALÉ e Maria João FREITAS (2005). *Fonética e Fonologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.

⁹ Veja-se David Crystal (1997), p. 173.

- PINTO, Maria da Graça L. Castro (1998) A ortografia e a escrita em crianças portuguesas nos primeiros anos de escolaridade. In *Saber viver a linguagem: Um desafio aos problemas de literacia*. Porto: Porto Editora. p. 139-193.
- RIO-TORTO, Graça Maria (2000) Para uma pedagogia do erro. In *Actas do V Congresso Internacional de Didáctica da Língua e da Literatura*. Vol. I. Coimbra: Livraria Almedina. p. 595-618.

Prof^a Doutora Maria Helena Mira Mateus
Coimbra, 2-3 de Março de 2007